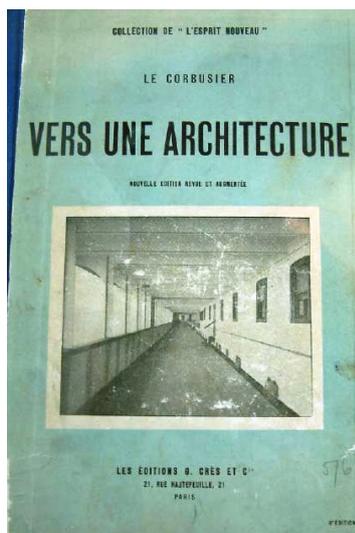

em 1953, 1955 e 1964 são concluídas as Barragens de Salamonde, Caniçada e Alto Rabagão.

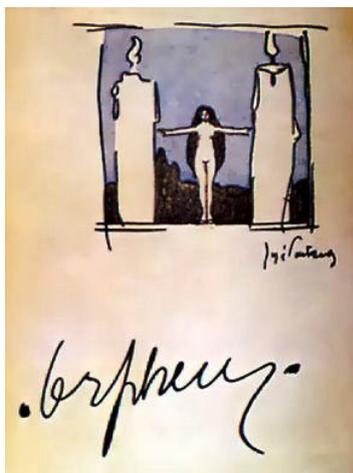
No rio Douro, sob a concessão da HED, são construídas as Barragens do Picote, Miranda e Bemposta, concluídas respectivamente em 1958, 1960 e 1964.



¹⁰Vers une Architecture, 1ªEd. 1923



¹¹Arquitecto Le Corbusier, 1887-1965



¹²Revista Orpheu, Nº1. Ano I - 1915

I_o Estado Novo

a Arquitectura - os primeiros anos

Nos anos 20, após a Primeira Guerra Mundial, a Europa vivia uma época de crescimento e optimismo. *“Na arquitectura, era tempo da Bauhaus, da De Stijl ou dos primeiros CIAM, impondo novos códigos de funcionalidade e racionalidade aos edifícios. De 1923, data ‘Vers une Architecture’, publicado por Le Corbusier que ‘polémico e genial’, será campeão da arquitectura racionalista deste período”*¹³. No seu livro, Corbusier, afirma a técnica, a máquina, a geometria pura, a standardização e a produção industrial, profetizando a existência de um novo espírito, de uma nova época, onde terá início um novo movimento, o Movimento Moderno.

A revista Orpheu, que marcava a cultura portuguesa desde a década de 10, potenciou a chegada desta regeneração intelectual a Portugal. Revista Trimestral de Literatura, foi fundada por Fernando Pessoa, Mário Sá Carneiro e outros como Almada Negreiros, e publicada em Lisboa em 1915. Para além destes nomes ficaram também associados à ‘geração de Orpheu’, como ficou conhecida, nomes como Santa-Rita Pintor (artista plástico), Ângelo de Lima (Poeta), bem como António Ferro, responsável pela edição da revista. Em torno desta, artistas plásticos e poetas, defendiam a revolução cultural pela técnica, afirmando a necessidade de ver o país e o mundo com outros olhos, numa perspectiva inovadora, progressista, moderna. Na arquitectura, esta passagem foi feita de uma forma mais lenta, seguindo o percurso natural deste processo evolutivo.

Nos anos 30, o governo anunciava o caminho do progresso e do bem-estar, mas, o progresso anunciado tinha uma tendência ruralista, as despesas verificadas entre 1935 e 1943 direccionavam-se essencialmente para a hidráulica agrícola, a irrigação e povoamento interior, bem como o melhoramento rural. A ruralidade era proclamada pelo Regime como vocação nacional e a agricultura como actividade dignificante do carácter

¹³_PRATAS, Ana Raquel Pimentel Machado - Marcas de Água : Vila Nova, Salamonde, Caniçada, Alto Rabagão. Coimbra: [s.n.], 2005. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura. p. 26.



¹³Cinema-Cervejaria Capitólio, Lisboa, 1925/31
Arquitecto Cristiano da Silva



¹⁴Pavilhão de Rádio do Instituto de Oncologia, Lisboa, 1927/35
Arquitecto Carlos Ramos



¹⁵Instituto Superior Técnico de Lisboa, 1925/37
Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro

português. O camponês era enaltecido na sua simplicidade e na sua pobreza, a sua família e a sua habitação, sem água, sem luz, sem esgotos, transformada no ícone da *“harmonia social, das virtudes pátrias e da estabilidade do regime”*¹⁴.

Contudo, para se afirmar nesta primeira fase, necessitou de criar uma linguagem de comunicação e apresentação legível e eficaz. Logo, em 1933, criou o Secretariado de Propaganda Nacional dirigido por António Ferro¹⁵, com o intuito de mobilizar as artes plásticas para a visualização do regime. Ferro, que vinha a destacar-se já há algum tempo como jornalista no meio cultural, foi divulgando as suas opiniões em relação ao património artístico que serviram mais tarde de base na mudança das linhas de orientação do Regime em relação às artes. Foi então, ao assumir este cargo, que contribuiu para a afirmação dos artistas plásticos e arquitectos na direcção do modernismo. Sendo dada primazia a um grupo de profissionais mais novos na procura da imagem do regime, e visto que estes observavam atentamente as referências vanguardistas estrangeiras, foi possível introduzir-se novos modelos arquitectónicos, novas tipologias e novos conceitos de espacialidade. Nasceu assim um conjunto de edifícios de carácter inovador que deu resposta aos programas emergentes resultantes das revoluções técnicas e sociais da época.

Neste sentido, a produção arquitectónica realizada durante o Estado Novo foi, indirectamente, influenciada pelo regime e directamente pela corrente modernista. Num momento onde as autoridades ambicionavam fervorosamente expressar a imagem do poder político, da sociedade regida por António Oliveira Salazar, a arquitectura tornou-se num instrumento para atingir tal objectivo. Assim sendo, em Lisboa, capital do país, e onde os poderes políticos e financeiros estavam sediados, nasceram a maioria das obras modernas destes primeiros anos. Exemplos disso são o Cinema-Cervejaria Capitólio (1925/31) de Cristiano da Silva, o Pavilhão de Rádio do IPO (1927/35) de Carlos Ramos e o Instituto Superior Técnico (1925/37) de Pardal Monteiro, entre outros.

¹⁴_ROSAS, Fernando, coord. - O Estado Novo. In MATTOSO, José, dir. - História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 7. p.52.

¹⁵_António Ferro, jornalista, enceta o seu percurso profissional como editor da revista “Orpheu”, fonte do primeiro modernismo literário e após algumas ligações ao órgão sidonista “O Jornal” em 1919, entra para o jornal “O Século”, em 1920. Posteriormente é nomeado director da “Ilustração Portuguesa”, em 1922, e a partir de 1923, começa ainda a colaborar com o “Diário de Notícias”.



¹⁶Garagem do Jornal "O Comércio do Porto"
Porto, 1930
Arquitecto Rogério de Azevedo



¹⁷Clínica/Sanatório Heliântia
Francelos, Porto 1932
Arquitecto Oliveira Ferreira



¹⁸José Duarte Pacheco, 1899-1943

No Porto, onde a necessidade de promoção não era tão urgente para o regime, mas onde a escala urbana já era merecedora de especial atenção por parte do poder político e da classe de arquitectos, realizaram-se, na mesma época, obras como os Armazéns Nascimento (1927) de Marques da Silva, a Garagem do Jornal “O Comércio do Porto” (1930) de Rogério de Azevedo e a Clínica Heliântia em Francelos (1932) de Oliveira Ferreira. A importância das obras referidas incide no facto de terem aliado as novas técnicas de construção, a concepção estrutural e volumétrica e a organização espacial, resultando num todo coerente, não representando apenas cópias dos modelos europeus. Mesmo a nível programático alguns dos edifícios são inovadores, como é o caso do Capitólio, onde se reúnem café, cervejaria e teatro. No resto do país, entre 1925 e 1935, a arquitectura de autor era praticamente inexistente bem como a nova arquitectura moderna.

Em Portugal, durante os anos 30, a relação entre o conservadorismo instalado defendendo a tradição e a ruralidade do país, e a expressão formal dominante utilizada pelos arquitectos que seguiam os movimentos modernos europeus, demonstrava-se contraditória. Por um lado, em Lisboa e no Porto vivia-se a agitação cultural e arquitectónica com relativa proximidade à realidade dos outros países europeus, por outro lado, o resto do país vivia submerso na pobreza sendo esta enaltecida por parte do governo.

Só depois da criação da já referida Lei de Reconstituição Económica de 1935, é que se começou a pensar no desenvolvimento nacional de uma forma integrada e territorial com o intuito de dotar o país de infra-estruturas essenciais. Neste seguimento, nasceram vias de comunicação e equipamentos públicos formando no território um “conjunto de redes de serviços interdependentes que permitia começar a moderar as divergências entre os centros e as províncias isoladas”¹⁶. Figura fulcral neste processo foi Duarte Pacheco¹⁷, engenheiro e director do Instituto Superior Técnico, foi simultaneamente, durante o

¹⁶ PRATAS, Ana Raquel Pimentel Machado - Marcas de Água : Vila Nova, Salamonde, Caniçada, Alto Rabagão. Coimbra: [s.n.], 2005. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura. p. 28.

¹⁷ “Duarte Pacheco procedeu com a sua inteligência fulgurante à criação de uma nova estrutura orgânica das obras públicas, capaz de responder ao lançamento da realização de infra-estruturas e mais projectos, destinados à satisfação das exigências básicas para a valorização socioeconómica do país” in Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no séc. XX. Contexto, Nota Introdutória. Vol. 1.

primeiro governo presidido por Salazar, dirigente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Na construção dos equipamentos públicos, o Ministério das Obras Públicas, tinha o apoio dos outros Ministérios e das demais estruturas do regime, nomeadamente da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹⁸ e do Secretariado de Propaganda Nacional. Desta forma, Duarte Pacheco promoveu uma grande maioria das obras realizadas nesta fase. Chamou os arquitectos para intervir na sua concretização e aceitando as suas propostas de *“inovação técnica, estruturas arrojadas, expressão estética identificada com a verdade dos materiais ou da função”*¹⁹, assumiu e promoveu também *“o modernismo racionalista e internacionalista”*²⁰.

Na prática, dependendo da função do edifício e do nível de representatividade que se desejava inculcar no mesmo, eram elaborados diferentes projectos: projectos-tipo, projectos-tipo regionais, modelos tipológicos ou projectos especiais. No entanto, entre edifícios de funções semelhantes também eram feitas distinções dependendo da região do país em que seriam implementados, distinções quer tipológicas, quer no que diz respeito à escolha dos materiais e sistemas construtivos a adoptar. Nas zonas interiores e para cidades de menor importância do território, era utilizada uma linguagem mais regionalista e conservadora, enquanto nas grandes obras públicas era dada uma maior liberdade estilística e tolerância perante as influências da arquitectura moderna europeia. Continuava-se a sustentar a ambiguidade entre o regionalismo e a modernidade, quer por parte do poder político, quer por parte dos arquitectos, que, ao se encontrarem ao serviço do regime, tinham que seguir as directrizes por este estabelecidas.

Resumidamente, o Estado Novo, nesta primeira fase, queria afirmar-se como *“o acordo e síntese de tudo o que é permanente e de tudo o que é novo”*²¹. Os municípios não possuíam meios técnicos e financeiros para avançarem para a execução das

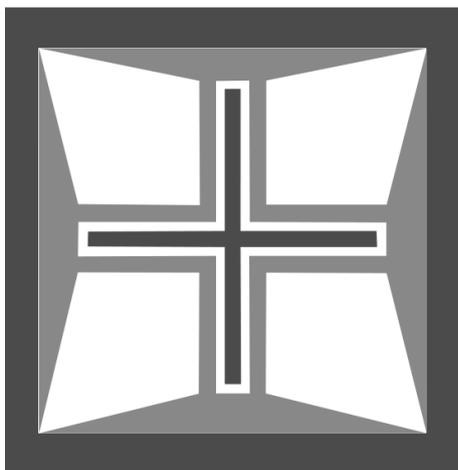
¹⁸_A DGEMN, Direcção Geral de Edifícios e Monumentos nacionais é criada em 1929.

¹⁹_FERNANDEZ, Sergio - Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930 -1974. Porto: FAUP, 1988 p. 19.

²⁰_Idem.

²¹_FERRO, António, cit. FERNANDEZ, Sergio - Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. Porto: FAUP, 1988. p.17.

obras, logo, cabia ao ministério (consequentemente ao poder governamental), escolher as equipas de técnicos necessários e que lhes fosse mais conveniente. Desta forma, o Estado controlava a produção arquitectónica de iniciativa pública. Incorporando nas referidas equipas os arquitectos vanguardistas permitiu a introdução da arquitectura moderna em Portugal sem se desvincular, em alguns aspectos, da ideologia do Portugal naturalmente rural.



¹⁹Bandeira da Exposição do Mundo Português



²⁰Guia Oficial da Exposição do Mundo Português

I_o Estado Novo

a Arquitectura - o retorno à propaganda

Apesar da vontade de reiterar a arquitectura moderna no país, a incessante propaganda à ruralidade leva, a partir de 1938, a um novo momento, um momento que é “*tomado em Portugal como uma oportunidade de retomar conceitos historicistas e regionalistas*”²² marcando a ‘evolução’ do gosto do regime. Concursos como o promovido pelo Secretariado de Propaganda Nacional em 1938, ‘Aldeia mais portuguesa de Portugal’, vieram aclamar a vida rural, a tradição e a despreensão da arquitectura popular.

O marco mais importante desta nova fase na arquitectura nacional foi a Exposição do Mundo Português, “*consagrando a reconversão das linguagens arquitectónicas anteriores*”²³. Nesta exposição comemorava-se o duplo centenário da nacionalidade, enaltecendo os feitos da nação, os intentos do regime e aclamava-se o ruralismo português. Salazar, ao lançar as bases programáticas da Exposição no Diário de Notícias de 27 de Março de 1938, dizia que, estes eventos tinham como objectivo “*dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História*”²⁴. A partir deste momento e depois da polémica vivida entre defensores do progresso e defensores da tradição, o objectivo do Estado passou a ser resgatar a tradição e a reputação nacional, deixando para trás o carácter progressista que até então vinha a adoptar. Para a afirmação desta nova linguagem nacionalista foi fundamental a colaboração de artistas plásticos e arquitectos, que, na sua maioria, facilmente acabaram por ceder à ideologia oficial da ‘casa portuguesa’ e se converteram à nova estética do regime.

Na Exposição foram deixados bem claros quais os pontos a seguir: uma organização espacial facilmente legível, evidenciando-se os valores da monumentalidade, os elementos de exaltação do carácter histórico nos elementos arquitectónicos

²²_GONÇALVES, José Fernando - Ser ou Não Ser Moderno: Considerações sobre a arquitectura modernista portuguesa. Coimbra: e | d | arq, 2002. p. 104.

²³_BANDEIRINHA, José António - Quinas Vivas: memória descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40. Porto: FAUP, 1996. p. 20.

²⁴_Idem. p. 22.

ao lado da promoção da ruralidade dando como exemplo a reconstituição das aldeias típicas portuguesas. Desta forma, ficou estabelecido “*um certo conceito de linguagem para servir um certo conceito de nacionalismo*”²⁵. A partir dos anos 40, ficaram configurados os modelos a seguir na produção arquitectónica. O governo determinara a política a seguir e delegava nos arquitectos que se encontravam associados ao poder as obras a fazer. Os profissionais da geração modernista concretizavam os projectos como entendiam gozando da confiança que lhes fora dada pelo chefe do estado.

Alguns nomes sonantes que se associaram a este novo rumo da política nacional, apesar de se assumirem como arquitectos modernos, foram, Cottinelli Telmo, que foi o arquitecto-chefe da Exposição, Pardal Monteiro, Carlos Ramos, Cassiano Branco, Raul Lino, entre outros. Por outro lado, nomes como o de Keil do Amaral, defensor da democracia, tentavam aliar a linguagem oficial à modernidade através da procura das diferentes tipologias regionais do nosso território. Keil defendia a ideia de que não existia uma arquitectura tradicional portuguesa mas sim um vasto e diverso grupo de tipologias regionais. Para ele, estas diferentes tipologias repetiam-se mesmo entre diferentes países, não sendo nenhuma tipologia exclusivamente característica de uma determinada zona de um país, encontrando-se semelhanças entre diferentes regiões de diferentes países.

Com o início da 2ª Guerra Mundial na Europa, Portugal manteve-se à margem e aproveitou a conjuntura para estimular o mercado interno e implementar os sectores industriais que até então se encontravam parados. É desenvolvida e continuada a política de obras públicas iniciada nos anos 30. Ao interior chegaram novas estradas e novos equipamentos como tribunais, escolas, cineteatros. Foram elaborados novos projectos, quer para edifícios já tipificados como as escolas primárias²⁷, quer para edifícios de carácter singular como pousadas²⁸ ou intervenções urbanas de grande escala como a Cidade Universitária de Coimbra²⁹.

²⁵_FERNANDEZ, Sergio - Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. Porto: FAUP, 1988. p. 30.

²⁶_Idem.

²⁷_Ficam responsáveis pelos projectos das escolas primárias do Norte, Centro e Sul, respectivamente os arquitectos Manuel Fernandes de Sá, Joaquim Areal e Eduardo Moreira dos Santos.

No ano de 1945 são finalmente feitas tréguas. Enquanto a Europa ressuscita, o Estado Novo mostra os benefícios retirados da política de neutralidade e apresenta obra feita. Nesse seguimento, em 1948, é feita a Exposição '15 anos de Obras Públicas' que catalogaria todos os trabalhos feitos pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações desde a sua criação em 1932. Esta exposição, realizada para divulgar a obra edificada no esforço de torná-la aberta ao grande público, veio enaltecer a capacidade edificatória do Regime.

²⁸_Os projectos das pousadas de Elvas (1942), São Brás de Alportel (1944) e Santiago do Cacém (1945) são elaborados por Jacobetty Rosa, os projectos de Marão (1942), Serém (1942) e Manteigas (1948) são de Rogério de Azevedo, e, a pousada de Azeitão (1943) é elaborada por Veloso Reis Camelo.

²⁹_O plano da nova Cidade Universitária (1941 - 1942) é responsabilidade de Cottinelli Telmo.

I_o Estado Novo

a Arquitectura – a redescoberta do rural

Em Julho de 1948, coincidindo com a Exposição das Obras Públicas e com o segundo Congresso da Engenharia, realizou-se o 1º Congresso Nacional de Arquitectura em Lisboa. Organizado pelo Sindicato Nacional de Arquitectos, então liderado por Cottinelli Telmo, Pardal Monteiro e Jacobetty Rosa, este evento juntou pela primeira vez a maioria dos profissionais num interesse colectivo. Entre os presentes, faziam-se sentir activamente dois grupos recentemente formados, o ICAT³⁰ e a ODAM³¹. O primeiro, impulsionado por Keil do Amaral, era formado por profissionais de Lisboa. O segundo, formado no Porto, contava com a geração dos arquitectos modernos nascidos por volta de 1910 e com a geração mais jovem, alguns ainda estudantes, como era o caso de Fernando Távora.

O Regime esperava que este Congresso viesse a ser um manifesto de agradecimento e consagração ao governo pelo caminho traçado até então. No entanto, o Congresso de 48, veio mostrar uma posição crítica em relação à situação da profissão, ao estado do ensino, à imposição de linguagens e estilos nacionalistas e à camuflagem das condições reais de vida da população e respectiva habitação. Num primeiro plano, e pela primeira vez, os problemas do contexto social e económico da produção de arquitectura foram expostos. Em segundo plano, contestou-se os valores nacionais defendidos pelo governo e debateu-se a favor da arquitectura moderna como solução ao problema da habitação. Neste seguimento, gerou-se o confronto entre defensores da estética regionalista, marca de alguns dos que trabalhavam para o Regime, e apologistas do Movimento Moderno (ou Estilo Internacional) que defendiam a aplicação directa das teorias racionalistas/funcionalistas que se praticavam Internacionalmente.

Apartir daqui, ficou lançada a dicotomia entre Nacional versus Internacional,

³⁰_ICAT, Iniciativas Culturais Arte Técnica. O grupo iniciou a sua actividade em 1946.

³¹_ODAM, Organização dos Arquitectos Modernos. O grupo iniciou sua actividade em 1947 e dissolveu-se em 1952. Tinha como objectivo divulgar os princípios em que devia assentar a Arquitectura Moderna e procurava afirmar como é que devia ser formada a consciência profissional e como criar o entendimento necessário entre arquitectos e os demais técnicos e artistas, através das obras dos elementos que o constituíam.

Tradição versus Modernidade. É então que, perante este confronto, surge uma nova teoria por parte de alguns arquitectos que vem contrariar ambos os discursos, rejeitando as ‘imposições’ governamentais mas recusando igualmente a aplicação directa do Estilo Internacional. Esta nova linha de pensamento reflecte *“uma tomada de consciência colectiva da necessidade de produzir obras verdadeiras e actuais, sem no entanto para alguns se perder o vector da tradição e das raízes da arquitectura portuguesa”*³², pensamento esse que tinha sido alvo de reflexão na obra teórica de Keil de Amaral em Lisboa – ‘Uma Iniciativa Necessária’ de 1947 –, e de Távora no Porto – ‘O Problema da Casa Portuguesa’ em 1945. Estas intervenções mostraram-se bastante pertinentes e presságio daquilo que seria anos mais tarde o debate arquitectónico, no entanto, não foram aceites pelos demais presentes. Neste congresso ficou declarado que seria o Estilo Internacional a contraproposta ao estilo nacionalista.

Nos anos 50, estando já absorvidos os efeitos da guerra, desencadeou-se finalmente a reestruturação do sector industrial. Esta reestruturação dinamizou a economia e promoveu profundas transformações sociais. Na arquitectura, o Congresso de 48 é tido como ponto de partida para uma nova atitude profissional impregnada de confiança e energia reavivados.

Se os anos 50 são, sem dúvida, marcados pela industrialização, em simultâneo os arquitectos portugueses voltam-se para a arquitectura popular debruçando sobre ela um olhar atento. As obras de Keil Amaral e de Távora, já referidas, são ideias recuperadas que em 1955 são encetadas pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos com o ‘Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa’. Com este Inquérito pretendia-se recolher e classificar os elementos peculiares da arquitectura portuguesa das diferentes regiões do país e publicá-los num livro, permitindo assim que *“os estudantes e técnicos*

³² _TOSTÕES, Ana - Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50. Porto: FAUP, 1997. p. 33.

*da construção pudessem vir a encontrar as bases para um regionalismo honesto, e saudável*³³, desmistificando a ideia de que existia um estilo português.

A chamada de atenção para a necessidade de relacionar a produção arquitectónica com a realidade de cada região, sendo feito um estudo intensivo dessa mesma realidade por parte dos arquitectos, trás nestes anos um novo discurso caracterizado pela evolução das ideias e práticas “*mais como correcção metodológica do que ideológica*”³⁴, mais conciliatório perante os modelos internacionais, suportado numa visão mais humana do fenómeno social. A continuidade das posições anteriormente tomadas, aliada a uma atitude conciliatória entre o Estilo Internacional e a tradição da arquitectura rural, mostra a necessidade cultural de aceitar o Movimento Moderno mas respeitando as raízes do regionalismo contrariamente ao nacionalismo do Regime. É nesta caminhada que o Arquitecto e o Portugal rural se encontram.

³³_AMARAL, Keil do, citado por FERNANDEZ, Sérgio - Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974. Porto: FAUP, 1988. p. 45.

³⁴_TOSTÕES, Ana - Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50. Porto: FAUP, 1997. p. 40.

II_da Barragem ao Barrocal



²¹Rio Douro e Vista Geral da Barragem de Picote



²²Rio Douro a Jusante da Barragem



²³Rio Douro a Montante da Barragem

II_ da Barragem ao Barrocal o Douro Internacional

Foi a partir dos anos 40 que, percorrendo as duas décadas seguintes, foram erguidos os grandes aproveitamentos hidroeléctricos. Marcas profundas na paisagem, na economia, na arquitectura e na vida, estes conjuntos romperam os vales escondidos do interior de Portugal. Marcaram a união entre a província isolada, ‘pobre mas honrada’, e o mundo intelectual restrito da capital. Marcaram a redescoberta do rural.

O Douro, rio internacional, em 1864 foi sujeito a um tratado onde ficaram definidos os seus limites e usos entre Portugal e Espanha – o Tratado de Limites. Deste tratado resultou a *“definição do troço internacional em que o Douro serve de fronteira”*³⁵ e ainda que *“os rios que servem de fronteira..., sem prejuízo de pertencerem a ambas as nações pela metade das respectivas correntes, serão de uso comum para os povos dos dois países”*³⁶.

Rio de características morfológicas convidativas ao aproveitamento hidroeléctrico, foi objecto de estudo desde 1918 pela Direcção da Hidráulica Agrícola na tentativa de avaliar o seu potencial quer ao nível de aproveitamento hidroeléctrico, quer ao nível hidroagrícola e da navegação. Em 1927, estando essas potencialidades já mais do que confirmadas e reconhecidas pelas entidades governamentais, foi realizado um Convénio entre os dois Governos que definiu a forma de se realizar a partilha do direito ao aproveitamento hidroeléctrico do Douro Internacional e estabeleceu a regulamentação necessária à concepção das obras. Assim sendo, ficou definido que a Portugal confere o direito ao uso do troço a montante da foz do rio Tormes, limitado por esta e pela origem do Douro Internacional, junto à foz da ribeira de Castro, e à Espanha é conferido o direito de uso da restante parte internacional, para ambos os países desenvolverem os respectivos aproveitamentos. Em cada uma das zonas de aproveitamento assim definidas, o Estado ao qual ela foi atribuída *“terá o direito de utilizar para a produção de energia eléctrica*

³⁵ _ELECTRICIDADE DE PORTUGAL - Aproveitamento hidráulico do Douro. Porto : EDP, 1986. p. 21.

³⁶ _*Idem.*

todo o caudal que corra...”³⁷, com a seguinte condição: “ambos os Estados garantem reciprocamente que não se diminuirá o caudal que deve chegar à origem de cada zona de aproveitamento do Douro Internacional ou do Douro Português, por derivações feitas com o fim de obter energia eléctrica mediante tomadas de água que fiquem situadas abaixo do nível superior das albufeiras reguladoras do Esla em Ricobayo e do Douro em Villardiegua”³⁸.

Em 1943, a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, depois de concluídos os planos gerais de aproveitamento do Zêzere e do Cávado, começou a recolha intensiva de elementos para estudo do aproveitamento do Douro, particularmente de natureza topográfica, hidrométrica e geológica. Este estudo e vários outros elementos reunidos pela DGSH sobre o assunto, foram da maior importância para a preparação dos anteprojectos e projectos de execução dos aproveitamentos do Douro.

Em 1951 o Governo deixou a cargo da firma americana Knappen – Tippetts – Abbet – McCarthy a elaboração dum estudo sobre o Douro e os seus afluentes em Portugal. Em 1953, com a conclusão desse estudo, foi dada prioridade à realização dos aproveitamentos do Douro Internacional sobre os do Douro Nacional. No seguimento destes estudos e do Plano de Fomento iniciado também em 1953 que previa uma Central no Douro, o escalão escolhido para execução imediata foi o escalão de Picote. Para a sua realização, bem como dos outros escalões pertencentes ao Douro que se viriam a construir posteriormente, a 7 de Julho de 1953, foi constituída a empresa privada Hidro-Eléctrica do Douro, S.A.R.L.

A obra dos Aproveitamentos Hidroeléctricos do Douro Internacional, constituída por três escalões, começa em 1954 por Picote, seguindo-se Miranda do Douro em 1957 e por último Bemposta em 1960.

A construção destas barragens representou uma experiência rigorosa feita nas encostas do Douro Internacional que marcou uma época tornando-se num sinónimo de orgulho e progresso tecnológico. Este tipo de empreendimentos era requisito obrigatório

³⁷_ELECTRICIDADE DE PORTUGAL - Aproveitamento hidráulico do Douro. Porto : EDP, 1986. p. 22.

³⁸_Aproveitamento hidroeléctrico do Douro internacional: escalão de Picote. Porto : Hidro-Eléctrica do Douro, 1958. p. 6.

